

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

POPULAR EDUCATION AS A PRACTICE OF EMANCIPATORY EDUCATION

Fábia Rezende¹

Resumo

O movimento de Educação Popular iniciou-se no Brasil entre os anos de 1950 e 1960, sucedido pela concepção de Educação Integral na década de 1980. Essas concepções de educação tencionam uma educação para a emancipação, considerando a importância de todos os conhecimentos gerados nos mais diversos espaços, sem sobreposição do conhecimento científico ao conhecimento popular ou dos povos tradicionais, mas fazendo a relação dos conhecimentos, para assim trazer sentido ao que se ensina e ao que se aprende. O presente artigo tem como objetivo analisar as concepções de Educação que atendem o projeto de Educação Progressista, destacando-se algumas concepções de Educação opressoras e outras emancipadoras. Buscou-se a articulação das teorias em tempos de governo militar com as práticas em tempos de governo neoliberal, tencionando-se o enfrentamento às políticas educacionais neoliberais promovidas atualmente. Utilizou-se o método de ensaio teórico de natureza qualitativa, no campo educacional, mais especificamente na relação educador-educandos, considerando todos os sujeitos no/do processo educacional. Elegeram-se como sujeitos do território as famílias, os governantes, os trabalhadores da educação e os cientistas políticos e pedagógicos. Nessa investigação, concluiu-se que as dificuldades apontadas por Paulo Freire na obra “Pedagogia do Oprimido” persistem e ainda são as mesmas que enfrentamos atualmente. Diante do exposto, a formação em Educação Popular constitui-se em uma das possibilidades de enfrentamento ao sistema hegemônico na Educação.

Palavras-chave: Educação Bancária; Educação Problemática; Educação Integral.

Artigo Original: Recebido em 27/07/2022 – Aprovado em 05/10/2022 – Publicado em 20/12/2022

¹ Professora da rede municipal de educação do município de Almirante Tamandaré/PR, Brasil, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral), Matinhos/PR, Brasil. *e-mail:* prof.fabiarezende@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7564-966X> (autor correspondente)

Abstract

The Popular Education movement began in Brazil between the 1950s and 1960s., successful by the conception of Integral Education in the 1980s. These conceptions of education intend an education for emancipation, considering the importance of all the know ledge generated in the most diverse spaces, with out over lapping scientific know ledge with popular know ledge or traditional peoples' knowledge, but making the relation of knowledge, in order to bring meaning to what is taught and what is learned. The present article aims analyze the concepts of and education that serve the project of Progressive Education, standing out some conceptions of and oppressors and other emancipators. sought to articulation of theories in times of military government with practices in times of neoliberal government, intending the confrontation at neoliberal educational policies currently promoted. Used the theoretical essay method of a qualitative nature, in the educational field, more specifically in the educator-students relationship, considering all subject son/from educational process. Elected as subjects of the territory families, rulers, you education workers and political and pedagogical scientists. In this investigation, it was concluded that the difficulties pointed out by Paulo Freire in the work "Pedagogy of the Oppressed" persist and still are the same that we face today. In view of the above, training in Popular Education is one of the possibilities to confront the hegemonic system on education.

Keywords: Banking Education; Problematizing Education; Comprehensive Education.

1 Introdução

O presente artigo objetiva analisar as concepções de Educação que atendem o projeto de Educação Progressista, e para tal, realizou-se um ensaio teórico de natureza qualitativa com a análise de algumas concepções de Educação emancipadoras e outras opressoras. Propõe-se uma articulação das teorias em tempos de governo militar, com as práticas em tempos de governo neoliberal, reconhecendo a necessidade de maiores estudos nessa temática, para tencionar o enfrentamento às políticas educacionais neoliberais promovidas atualmente. Partiu-se dos seguintes questionamentos: Os trabalhadores da Educação se reconhecem no processo de oprimido e opressor no sistema educacional? Qual projeto educacional tem sido implementado atualmente, opressor ou emancipador?

O movimento de Educação Popular iniciou no Brasil entre os anos de 1950 e 1960, sucedido pela concepção de Educação Integral na década de 1980. Essas concepções de educação tencionaram uma Educação para a emancipação, entendendo a Educação como um processo que deve acontecer na escola e na sociedade, considerando a importância de todos os conhecimentos gerados nos mais diversos espaços, sem sobreposição do conhecimento científico ao conhecimento popular ou dos povos tradicionais, mas fazendo a relação dos conhecimentos, para assim trazer sentido ao que se ensina e ao que se aprende, também considerando o processo de ensino-aprendizagem de forma horizontal sem hierarquização, inclusive nominando o estudante como educando e não mais como aluno que no latim significa “ser sem luz” ou “ser sem conhecimento”. Ou seja, esse movimento nasce como uma forma de

resistência a educação bancária, numa proposta contra-hegemônica. Nesse movimento destacou-se Paulo Freire que traz uma forma de pensar a Educação para além dos muros da escola, propondo um movimento na práxis pedagógica constante de ação-reflexão-ação, isso dentro de um coletivo Freire (1970, p.79), pois segundo o autor, o indivíduo não pode se libertar sozinho e sim no coletivo. Nessa mesma linha o autor contemporâneo Miguel González Arroyo (2012), traz uma reflexão sobre a importância da Educação emancipatória que contempla a diversidade, tendo como protagonistas os sujeitos que não compõem a sociedade homogênea.

O artigo está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo aborda a Educação Bancária e Educação Problematizadora, e a implementação das concepções. O segundo capítulo contempla os fundamentos da Educação Integral, apresentando reflexões teóricas sobre a concepção da Educação Integral, dimensões da Integralidade e a Educação Integral e a docência.

2 Educação bancária e educação problematizadora

Paulo Freire constrói a partir de suas vivências acadêmicas e de contato com “outros sujeitos”[†], os conceitos de Educação Bancária e Educação Problematizadora, registrados em sua obra “Pedagogia do Oprimido”. Importante ressaltar que o contexto político da época de Paulo Freire, que antecedeu a ditadura militar, era um momento em que o então presidente do Brasil, João Goulart, lançava um conjunto de reformas, entre elas a educacional. Porém, a prática educacional pedagógica era a bancária, conservadora, socialmente excludente e elitista. Nesse momento histórico Paulo Freire começa a questionar a realidade social e a prática educacional, trazendo algumas reflexões e proposições pedagógicas populares.

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia (FREIRE, 1970, p. 65).

É essa pedagogia sem movimento, estática que Freire chama de Educação Bancária, que objetifica os corpos e condiciona as mentes, considerando os conteúdos acadêmicos como assuntos desconectados da vida dos estudantes, e alheio as questões sociais. Uma educação

[†] Miguel González Arroyo utiliza esse termo no texto- Outros Sujeitos, Outras Pedagogias, para se referir aos sujeitos e coletivos de sujeitos (movimentos sociais) marginalizados, que fazem parte da diversidade, que não estão contemplados na sociedade da homogeneidade.

tecnicista que prepara o sujeito para ser somente mão de obra, e não para ser um ser pensante e crítico, que seja capaz de refletir e agir sobre a sua própria realidade numa ação de transformação.

2.1 Conceito de Educação Bancária e Educação Problematizadora

A Educação Bancária refere-se a ideia de depósito, quando o educador transfere conhecimento para o educando, considerando-o um ser sem nenhum conhecimento, com o que Freire chama de depósitos de comunicados. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1970 p. 66).

Como superação dessa prática pedagógica inócuia, Freire propõe a Educação Problematizadora, que também chama de Educação Libertadora, a qual descreve como “[...] forma de educação que implique a superação da contradição educadora- educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos (FREIRE, 1970 p. 67)”. Nessa proposta de concepção de educação, não existe uma relação vertical, entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, e nem de conhecimento, com o reconhecimento dos saberes populares integrados aos saberem acadêmicos e sistematizados na escola. Entendendo a escola como um espaço de libertação e não de repressão, não como mais uma instituição que serve de instrumento para a manutenção do status quo.

Para a viabilidade de tal processo, a prática educativa precisa contemplar o que o educando tem de conhecimento, e de vivência social. A escola precisa estar inserida no movimento da comunidade, conhecer suas práticas, trazer para dentro da escola e questioná-las, sendo o professor o mediador da produção de conhecimento como um processo único em cada sujeito, tendo como ferramenta o diálogo. Um diálogo sem hierarquização de conhecimentos e nem de sujeitos, um diálogo na horizontal sem relação vertical, que promova a reflexão e a produção de novos conhecimentos contemplando os diversos saberes.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (FREIRE, 1970, p.78).

Nessa perspectiva de produção de conhecimento de forma coletiva considerando os saberes individuais e peculiares de cada sujeito, Freire propõe a “Palavra Geradora”, que é

quando o educador traz um tema para a aula e faz relação com uma situação social da comunidade onde a escola está, e “problematiza” com os educandos, trazendo reflexões, articulando com o conhecimento acadêmico e com a realidade do educando. Sem deixar de contemplar os direitos de aprendizagens, e contemplando na grade curricular as singularidades dos sujeitos em seus respectivos territórios. Promovendo assim uma articulação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico. Conforme explica Paulo Freire (1975, p. 112) “Palavras geradoras são aquelas que, decompostas em seus elementos silábicos, propiciam, pela combinação desses elementos, a criação de novas palavras”. Mas também são palavras carregadas de sentido de vida.

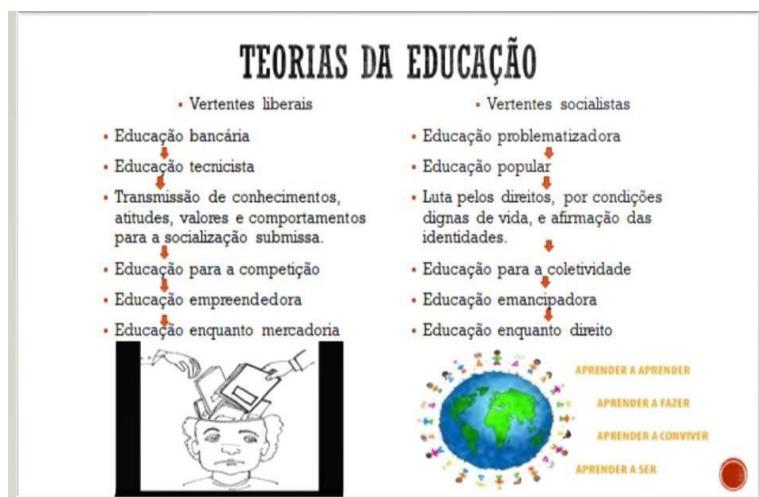
Nesse movimento pedagógico se desperta a criticidade e a libertação da opressão, com a tomada de consciência por meio do diálogo como um processo individual que ocorre no coletivo. “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1970 p. 79).

Aqui temos a ideia da necessidade dos movimentos sociais como forma de emancipação. O que podemos chamar de educação popular, quando “outros sujeitos”, após a tomada de consciência conseguem sair da invisibilidade, e da marginalidade, assumindo-se protagonistas de sua história, por meio da mobilização social e coletiva, fazem-se ouvidos e contemplados em políticas públicas conforme as suas demandas. Num movimento contra hegemônico, tencionando e intencionando a superação da contradição de projetos societários excluidentes.

O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação (FREIRE, 1970, p. 78).

Na prática docente temos a implementação dos dois tipos de concepção abordados neste artigo. A escolha da concepção a ser implementada, acontece de acordo com o projeto ideológico de sociedade a ser contemplado nos currículos, fomentados pelo projeto político vigente no país, estado e município em seus respectivos períodos histórico. Conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1 – Teorias da Educação no Brasil



FONTE: A Autora (2022).

A concepção de educação a ser utilizada, além de orientar o currículo, ela fica explicitada nas práticas docentes no cotidiano da escola, e conduz a formação tanto do docente quanto do educando, fomentando a curto e longo prazo um determinado projeto societário.

O Quadro 1 indica algumas ações de práticas educativas, que dão visibilidade ao tipo de concepção de educação em exercício.

QUADRO 1 – Educação Bancária e Educação Problemática

EDUCAÇÃO BANCÁRIA	EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA
Educação= depósito de comunicados= falso saber.	A educação se refaz constantemente na práxis.
Educação= prática de dominação.	Práxis transformadora pela ação, reflexão e ação dos homens sobre o mundo.
Educação= depositar/transferir/transmitir valores e conhecimentos.	Educadores e educandos se fazem sujeitos do seu processo.
Fixismo reacionário.	Futuridade revolucionária.
Percepção ingênuas/Postura fatalista.	Percepção que é capaz de perceber-se.
Sociedade classicista.	Para ser tem que estar sendo.
Intelectualismo alienante falsa consciência de mundo.	Seres inconclusos que têm a consciência de sua inconclusão.
Falsa consciência de mundo.	Educadores são mediadores dos sujeitos da educação.

Dá ênfase à permanência.	Parte do caráter histórico e da historicidade dos sujeitos.
Relações educador educandos-relações narradoras ou dissertadoras.	Reforça a mudança.
Mantém a imersão das consciências.	Promove a emersão das consciências para a sua inserção crítica da realidade.
Objetivação do ser humano.	Humanização
Naturalização/aceitação	Reflexão/ criticidade
Neutralidade	Diálogo
Subordinação	Autonomia/ independência/ liberação.
Competição	Coletividade

FONTE: A Autora (2022).

3 Fundamentos da educação integral

O fundamento da Educação Integral está na concepção da integralidade dos sujeitos. Na ideia de que os sujeitos possuem várias dimensões. Resumidamente é um ser biopsicosociocultural e espiritual.

3.1 Concepção de Educação Integral

A concepção de Educação Integral transcende a ideia de tempo integral, para a compreensão do sujeito enquanto um ser integral, nas práticas educacionais, em suas dimensões biopsicossóciocultural e espiritual.

Essa concepção de educação aproxima-se da Educação Popular e das concepções reflexivas de Educação Bancária e Educação Problematizadora, pois estuda reflexionando que os espaços educacionais são todos os espaços de vivência do sujeito, e não somente a unidade educacional, pois acredita que o território se constitui em espaço de aprendizagens.

Nessa perspectiva educacional, o processo de ensino-aprendizagem ocorre nas trocas e mediações, sejam elas intencionais ou não. Considerando assim a importância das trocas entre o conhecimento científico/formal/sistematizado, com o conhecimento e o saber popular/tradicional. Sem hierarquização dos saberes, mas numa troca que contempla a heterogeneidade e diversidade existente no território, tencionando para o acesso aos direitos

dos “outros sujeitos”, direcionando para uma práxis de educação emancipatória Arroyo (2012, p. 38).

3.2 Dimensões da integralidade

Os teóricos que falam sobre Educação Integral contemplam as dimensões biopsicossóciocultural e espiritual, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Movimento das dimensões da integralidade na Educação Integral



FONTE: A Autora (2022).

Nesse movimento de compreender a integralidade do sujeito fazem-se necessárias práticas pedagógicas que contemplam as singularidades dos sujeitos envolvidos em todo o processo educacional, bem como as formas de vivência no território. O que implica não focar apenas no cognitivo com laudos técnicos, ou seja, enxergar o sujeito somente pela ótica de um laudo para realizar a inclusão, mas por meio de uma práxis que contemple a diversidade e a heterogeneidade, com o olhar humano que valida à diversidade acima do olhar técnico.

Importante ressaltar que as dimensões da integralidade não têm a ver com habilidades, pois o olhar da integralidade perpassa pelo indivíduo dentro do coletivo, diferente das habilidades que consideram somente as aptidões individuais. Ou seja, enquanto a primeira fomenta a cooperação e a efetivação de direitos e oportunidades na ótica da equidade, a segunda incentiva o individualismo e a competição para a manutenção do projeto hegemônico de sociedade, ou seja, elitista, de privilégios e meritocrática na perspectiva da igualdade dentro da homogeneização.

Uma prática pedagógica que contempla a integralidade dos sujeitos envolvidos no processo educacional deve ser uma práxis contra hegemônica, que se fundamenta principalmente no diálogo, conforme Paulo Freire fala ao referir-se a necessidade de atitude dialógica dos coordenadores educacionais.

Atitude dialogal à qual os coordenadores devem converter-se para que façam realmente educação e não “domesticção”. Exatamente porque, sendo o diálogo uma relação eu-tu, é necessariamente uma relação de dois sujeitos. Toda vez que se converta o “tu” desta relação em mero objeto, se terá pervertido o diálogo e já não se estará educando, mas deformando (FREIRE, 1975, p. 114).

O próximo item continuará a discussão nessa perspectiva, da docência e a Educação Integral, para a promoção de uma Educação Emancipatória, relacionado teoria e prática pedagógica no contexto da realidade educacional atual nacional.

3.3 A Educação Integral e a docência

Se considerarmos o educando como um ser integral, quem somos nós educadores? Além da necessidade do educador entender-se enquanto mediador da construção do conhecimento que é ímpar para cada sujeito mesmo acontecendo no coletivo, e não detentor do conhecimento na relação de ensino-aprendizagem, o educador precisa considerar-se um ser integral também, que apesar de todo o engessamento e objetificação do corpo e cognitivo que o sistema educacional promove pelo status quo, faz-se necessário um movimento individual apoiado no coletivo para emancipação de cada educador. Pois se compreendemos que os sujeitos são outros, os educadores também precisam ser outros (ARROYO, 2012, p. 26).

De que forma podemos ser “outros sujeitos”? No livro “Currículo, Território em Disputa”, Arroyo (2011) fala sobre algumas tensões que encontramos enquanto educadores dentro do sistema nesse espaço de contradição, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3 – Tensões na contradição



FONTE: A Autora (2022).

O caminho para a emancipação do educador se dá por meio do estudo e diálogo no coletivo com os seus pares. Faz-se necessário que “ocupemos o latifúndio do saber” (ARROYO, 2012, p. 32), para que deixemos de apenas cumprir com a função de reprodutores de projetos mantenedores do status quo, e de fato possamos ser sujeitos de transformação educacional emancipatória, num projeto contra hegemônico.

Para isso é necessário que a práxis pedagógica seja democrática, começando pelo território onde a unidade educacional está. Os educadores precisam conhecer os educandos e o seu território, para localizar os espaços de aprendizagens, bem como identificar os saberes populares que circulam e são praticados pela comunidade, além de poder conhecer o que é patrimônio cultural material e imaterial do território. Inclusive as fragilidades como violência e negação de direitos. Assim as práticas pedagógicas farão mais sentido na relação ensino-aprendizagem, podendo viabilizar uma Educação Emancipatória.

Somente com o conhecimento dos sujeitos e do território, é possível realizar a Educação Integral, pois se entende o movimento da comunidade, e assim se pode praticar um trabalho pedagógico que também esteja em movimento. Entendendo que a relação ensino-aprendizagem não é estática e exige criatividade, “pensar fora da caixa”, por vezes quebrar protocolos e criar possibilidades de formas efetivas de educar para emancipar. Isso por meio da dialogicidade sem hierarquização, com o devido espaço para todos os sujeitos participarem de forma efetiva, promovendo o protagonismo de cada sujeito e do coletivo, num movimento social efetivo.

4 Considerações finais

Em 2022, verifica-se que os professores têm adoecido mediante os impactos de ações neoliberais, e, a maioria não tem conseguido realizar uma análise de conjuntura para compreender que o problema é de ordem política e estrutural. Prestando-se assim ao papel de meros reprodutores de ideologias implícitas em currículos, sem questionarem e se mobilizarem em um coletivo para tencionar a emancipação dessa classe trabalhadora.

As dificuldades apontadas por Paulo Freire na obra “Pedagogia do Oprimido” em 1970, são as mesmas dificuldades enfrentadas atualmente, diferindo apenas nas ações neoliberais. Mas, são direcionamentos e políticas educacionais com as mesmas intencionalidades, ou seja, a exclusão social e a opressão, visando a manutenção do status quo de uma sociedade capitalista e classicista. Uma educação para a competição, e, para a normalização das desigualdades e violências, a qual se inicia com a negação de direitos ou com a escolha dos sujeitos que podem ter direitos, enquanto outros não têm direito ao acesso a direitos.

Mediante esse cenário, ressalta-se a necessidade e importância da formação de professores na perspectiva da Educação Popular e Educação Integral para uma Educação Emancipatória, que contemple os “outros sujeitos”. Pois, no Brasil houve um grande retrocesso a partir das ações do governo federal neoliberal, ameaçando a democracia e limitando a implementação de uma concepção de educação que contemple a diversidade, e que tencione a emancipação dos sujeitos marginalizados.

Alguns fatos ilustram esse cenário como a Base Nacional Comum Curricular que não contempla a diversidade e a inclusão social na perspectiva de direitos, focando em habilidades e competências. A militarização e fechamento de escolas, e a presença de empresas privadas na educação pública como prestadores de serviços terceirizados que contribui para a precarização da educação pública. Observa-se que a Educação caminha para a negação do direito ao acesso à educação pública, e, de qualidade, a qual não tem sido efetivada, além do direito à permanência, o qual também tem sido negado com a implementação de políticas públicas educacionais excludentes.

Finaliza-se este artigo, com a clareza de que urge por mais pesquisas nesse assunto, para que os educadores possam não só denunciar, mas anunciar e também mobilizar a classe para o enfrentamento das práticas neoliberais, e caminhar rumo a uma Educação Emancipatória, a qual realiza-se com sujeitos educadores emancipados.

Referências

- ARROYO, G. M. **Curriculum, Território em Disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARROYO, G. M. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.